



Assembleia dos trabalhadores da Ebserh/MA aprova proposta do TST com ajustes



Mesmo após a apresentação da proposta mediada do ACT 2019/2020 feita pelo vice-presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Renato de Lacerda Paiva, os empregados da Ebserh entendem que houve melhora, mas que ainda existem pontos a serem

detalhados e aprimorados para que seja fechada questão.

Nesse sentido a Condsef/Fenadsef recomendou que os trabalhadores analisassem em Assembleia até o dia 24, segunda-feira, alguns pontos específicos e que fosse encaminhada de volta à Condsef para que seja feito um aditivo com todas as propostas aprovadas nas assembleias em todo o país.

O secretário geral da Condsef/Fenadsef, Sergio Ronaldo já pré-agendou reunião no TST para hoje à tarde quando irá apresentar as contra propostas da categoria.

“Se não for possível aprovar a proposta antes do recesso do judiciário, que acontecerá a partir do dia 30 de junho, tentaremos fazer um novo Termo Aditivo”, disse Sergio Ronaldo.

Os trabalhadores da Ebserh no Maranhão decidiram em assem-

bleia aprovar a proposta do TST com alguns ajustes nas questões econômicas e cláusulas sociais.

“Entendemos que já houve um avanço nas propostas apresentadas pelo TST, entretanto precisamos garantir pelo menos a manutenção de alguns pontos conforme o ACT atual”, disse Valter Cezar Figueiredo, diretor da Condsef/Fenadsef e secretário de comunicação do Sindsep/MA.



Pontos aprovados

- Retorno dos dois dias de abono;
- Reajuste inflacionário em 100% do INPC;
- Pagamento de Retroativo no salário e benefícios;
- Acompanhamento de pessoa da família incluir os empregados que fazem jornada especial;
- Pagamento de feriado em dobro e não em triplo como está sendo realizado;
- Prorrogação do ACT por mais 60 dias.



Servidores federais seguem atacados no substitutivo da reforma da Previdência

A proposta de reforma da Previdência (PEC 6) pode ser votada imediatamente após o término das discussões, o que pode acontecer nesta semana. A pressa está arquitetada com objetivo do governo de aprovar a reforma antes do recesso da Câmara Federal, para driblar a pressão das bases eleitorais sobre seus respectivos parlamentares que voltam a seus estados a partir da segunda quinzena de julho. Defensores da Previdência pública intensificam as mobilizações nesta semana e reforçam que a luta só será vencida quando a PEC 6 for derrubada definitivamente.

Para a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social, composta por dezenas de deputados e senadores, além do apoio de diversas entidades sindicais e associativas, o texto substitutivo apresentado pelo relator da reforma, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), mascara pontos impopulares que fragilizavam o apoio ao governo e conserva pontos centrais da proposta de Paulo Guedes, como a desconstitucionalização das aposentadorias.

Segundo análise do Dieese, a desconstitucionalização dos parâmetros previdenciários aumenta a incerteza dos segurados em relação aos benefícios que obterão futuramente. Em relatório divulgado recentemente, o Departamento afirma que "a proposta do relator aprofunda a insegurança, dado que mudanças na legislação infraconstitucional são aprovadas com muito mais facilidade e estão sujeitas ao sabor de conjunturas políticas de curto prazo."

Servidores

As alterações propostas na

PEC 6 referentes aos servidores públicos federais também foram mantidas pelo relator, com uma diferença: o deputado Samuel Moreira inseriu no texto a proibição de criação de novos Regimes Próprios de entes públicos. Segundo o Dieese, o acréscimo estabelece um tratamento anti-isonômico entre os entes federativos. Uma novidade no relatório é a permissão para que a administração do Regime de Previdência Complementar (RPC) seja feita por entidade aberta sem exigência de licitação, o que favorece a expansão do mercado privado de previdência. Atualmente, o RPC dos servidores públicos só pode ser administrado por entidade fechada de previdência complementar (popularmente conhecida como "fundos de pensão"), sem fins lucrativos.

Estados e municípios

Depois de afirmar a governadores que manteria estados e municípios na proposta de reforma da Previdência, sob justificativa de economia de R\$ 350 bilhões, o deputado Samuel Moreira voltou atrás e os retirou do relatório. De acordo com apuração do jornal O Globo, "a inclusão ou não de estados e municípios na reforma é um dos pontos de maior atrito entre a equipe econômica e parlamentares, que não querem arcar com o desgaste de aprovar mudanças nas regras de aposentadorias de funcionários públicos estaduais e municipais."

Nesta segunda-feira, a coluna Paineis da Folha de S. Paulo publicou que Bolsonaro não vai comprar briga para manter a proposta original. Isso significa que as alterações previdenciárias, se aprovadas, valeriam apenas para servidores federais. "A

saída de estados e municípios da proposta é prova de que a intenção do governo com a reforma não tem nada a ver com economia, mas com vontade de desconstitucionalizar um rico direito dos trabalhadores para fazer a festa do mercado financeiro, dos grandes empresários que lucrarão com capitalização e privatizações às custas do sofrimento de milhões de brasileiros", comenta o Secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva.

Ameaças permanecem

Sérgio Ronaldo comenta que a luta deve seguir e que todos devem ajudar a pressionar os parlamentares em suas bases, além de dialogar com mais pessoas sobre os problemas da PEC 6. No relatório de Samuel Moreira, o deputado manteve a mudança no conceito de "seguridade social". Se hoje vale o direito assegurado pela Constituição de 1988, de uma política solidária que engloba previdência, saúde e assistência, a segregação contábil foi mantida pelo relator. Aumento da idade mínima e 40 anos de contribuição para aposentadoria integral também seguem no substitutivo, assim como a diminuição substancial das pensões.

A conclusão da nota técnica do Dieese sobre o texto substitutivo de Samuel Moreira é de que muitas das determinações da PEC 6 foram mantidas e continuam sendo motivo de preocupação e de insegurança para os trabalhadores. "Continua necessária a rejeição ao substitutivo do relator, pois sua essência mantém imbuídas todas as maldades do projeto original de Paulo Guedes", comenta Sérgio Ronaldo.

Condsef/Fenadsef